



PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE
PC QUINCAS CASTRO, Nº 15, CENTRO
06554802/0001-20 Exercício: 2020

DECRETO Nº 41, DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI N.986

02 03 01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

45 04.122.0004.1088.0000 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO -12.914,60
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 930 00
930 Recursos de alienação de bens/ativos
130 000 Alienação de Bens

70 04.122.0004.2110.0000 INDENIZAÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS -18.000,00
3.3.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R. Grupo: 1 001 00
001 Recursos Ordinários
100 000 Geral

02 06 02 FUNDO DE MANUT. E DES. DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

200 12.361.0015.2081.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - F -27.948,33
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1 117 00
117 Transferências do FUNDEB - Complementação da União
240 000 FUNDEB - Outros

02 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

293 10.301.0008.1007.0000 CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE POSTOS DE -596,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 214 00
214 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Govern
115 000 Recursos Vinculados

296 10.301.0008.1007.0000 CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE POSTOS DE -5.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1 220 00
220 Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Sa
110 000 Convênios

301 10.301.0008.1061.0000 CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ACAI -6.215,93
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 214 00
214 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Govern
115 000 Recursos Vinculados

366 10.301.0008.2036.0000 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL - PSB -1.300,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1 214 00
214 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Govern
115 000 Recursos Vinculados

02 08 01 SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

517 26.782.0004.2115.0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES -4.439,61
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 001 00
001 Recursos Ordinários
100 000 Geral

02 14 01 SECRETARIA MUN. DE CULTURA E TURISMO

DECRETO Nº 41, DE 29 DE JUNHO DE 2020 - LEI N.986

02 14 01 SECRETARIA MUN. DE CULTURA E TURISMO

785 13.122.0004.2071.0000 MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DE CULTURA -6.833,70
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 510 00
510 Outras Transferências de Convênios da União
110 000 Convênios

Anulação (-) -81.248,77

Artigo 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO LAMARTINE TEIXEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
012.527.223-54

AMARANTE, 29 de junho de 2020



DECRETO Nº 14, de 04 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a transferência do RPPS para o Município de Agricolândia/PI da responsabilidade pelo pagamento dos benefícios de incapacidade temporária para o trabalho, salário-maternidade, salário-família e auxílio-reclusão.

EU, WALTER RIBEIRO ALENCAR, Prefeito(a) Municipal de Agricolândia, Estado do Piauí, usando das atribuições conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica transferida para o Município de Agricolândia/PI a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios de incapacidade temporária para o trabalho, salário-maternidade, salário-família e auxílio-reclusão.

§ 1º A transferência disposta no *caput* deste artigo visa atender ao disposto no § 3º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, no inciso III do art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998, no inciso VI do art. 5º da Portaria MPS nº 204, de 2008 e na alínea "b" do inciso I do Art. 1º da Portaria ME nº 1.348 de 2019.

§ 2º A transferência descrita no *caput* deste artigo terá efeitos a partir da data de publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019, ou seja, 13/11/2019, face a nova regra constitucional ter aplicabilidade imediata.

Art. 2º Até que o Município regulamente, por meio de Lei, os novos critérios, regras e todos os procedimentos a serem adotados para a concessão dos referidos benefícios, poderá o Município utilizar as normas anteriormente aplicadas.

Art. 3º A edição deste Decreto não desobriga o Município de eventual ressarcimento ao RPPS dos valores pagos a título dos benefícios aqui tratados, custeados pelo RPPS a partir da publicação da Emenda Constitucional 103/2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da data de publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Prefeitura Municipal de Agricolândia-PI, 04 de Agosto de 2020.

Walter Ribeiro Alencar
Walter Ribeiro Alencar

Prefeito(a) Municipal